

## **Memórias e Histórias da Guarda Negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos.**

Clícea Maria Augusto de Miranda

A formação da Guarda Negra, nos meses que se seguiram à Abolição, constitui um instigante fenômeno para se pensar de que forma e em torno de que objetivos os negros mobilizaram-se para garantir a manutenção da liberdade recém adquirida. Formada por libertos e direcionada a defesa da Princesa Isabel, a criação da Guarda Negra em 9 de julho de 1888 reflete toda a dinâmica política do período, cujo jogo pelo poder se encontrava polarizado entre monarquistas e republicanos.

A promulgação da lei de 13 de maio de 1888 provocou um rearranjo nas forças políticas. Enquanto alguns republicanos, como foi o caso de José do Patrocínio, passaram a dar apoio à Princesa, monarquistas tradicionais romperam velhas alianças e se aproximaram do Partido Republicano, sentindo-se prejudicados pelas perdas das suas propriedades.

De qualquer maneira, o Partido Republicano, que já contava com o apoio de parte da oficialidade do exército, que reivindicava maior participação na arena política, viu suas fileiras engrossadas. Desta forma, o cenário político passou a ser dominado pelo acirramento da luta entre monarquistas e republicanos. Foi no meio deste embate, que surgiu a Guarda Negra, uma organização formada por ex-escravos, leal ao regime e devotada à proteção da Princesa Isabel.

Os estudos produzidos sobre a Guarda Negra ainda carecem de maior aprofundamento conforme bem avaliou o historiador Humberto Machado.<sup>1</sup> De um modo geral, são análises superficiais e esparsas. Há quem afirme até que a Guarda não passava de um bando de capoeiras, a serviço do governo imperial.<sup>2</sup> Porém, sua presença polêmica nas páginas dos jornais, nos meses seguintes após a Abolição, e durante o ano de 1889, não deixa dúvidas sobre o seu caráter institucional. De fato, sua visibilidade, deu-se em meio à desestabilização do regime e à aceleração da campanha republicana, que culminou com a queda da monarquia em 15 de novembro. Já o seu desmantelamento, a priori, estaria relacionado com o fim do Império.

---

<sup>1</sup> Humberto Machado. A Guarda Negra no contexto urbano do Rio de Janeiro. Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de História. Porto Alegre, 1992. p.171

<sup>2</sup> Maria Lucia de Souza Rangel Ricci. Guarda Negra: perfil de uma sociedade em crise . Campinas, 1990.

O estudo da Guarda Negra desafia o trabalho do pesquisador, tal qual um quebra-cabeça. O primeiro obstáculo com o qual nos defrontamos é a carência de documentos oficiais da entidade, acrescida da dispersão e da diversidade das poucas fontes disponíveis. Isto sem falar na aura de mistério que envolveu a instituição formada por libertos, negros e mulatos, sugestivamente denominada por Silva Jardim de sociedade secreta.<sup>3</sup> A afirmação do propagandista republicano de certo modo reflete as dificuldades encontradas no que se refere à localização das fontes produzidas pela Guarda, embora haja pistas seguras da sua formação, estrutura, hierarquia, estatuto e endereço.

A questão que desejo chamar a atenção aqui neste trabalho é diz respeito à dificuldade de se lidar com os discursos sobre o papel desempenhado pela Guarda Negra, seus integrantes, suas articulações com o poder e a fidelidade à princesa Isabel.

Os testemunhos que se reportam à Guarda Negra, via de regra, encontram-se pulverizados pelos jornais de época e nos escritos deixados pelos memorialistas. Na imprensa, os registros coincidem com o avanço da propaganda republicana nos meses subsequentes à abolição, tal como noticiou o jornal *Diário de Notícias*, em 31 de dezembro de 1888, sobre a marcante contenda travada entre a Guarda Negra e os republicanos, na Sociedade Francesa de Ginástica, próximo a Travessa da Barreira.<sup>4</sup>

Os conflitos protagonizados pela Guarda, formada na sua maioria por praticantes de capoeira, acabariam por constituir um dos vieses interpretativos da historiografia. Isto significa dizer que certos estudiosos baseiam seus enfoques nas circunstâncias em que se deram aqueles aparecimentos estrepitosos, que foram manchetes nos jornais de época. Na historiografia de um modo geral, o estudo da Guarda Negra aparece quase sempre associado à prática da capoeira na cidade do Rio de Janeiro. Isto ocorre, em primeiro lugar, porque se confunde a atuação das maltas com a da Guarda, já que boa parte dos seus integrantes eram exímios jogadores da arte da cabeçada e da rasteira.

Os autores costumam sublinhar a relação existente entre os capoeiras e as instâncias do poder. Tal percepção é reforçada devido a uma outra prática política, muito antiga por sinal: a de arregimentá-los para servir de capangas de políticos,

---

<sup>3</sup> Antônio da Silva Jardim. “Memórias e viagens”.. Campanha de um propagandista (1887-1889). Lisboa: Tip. Da Companhia Nacional Editora 1891, p. 227.

<sup>4</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1888, p. 1

sobretudo do Partido Conservador, durante as campanhas eleitorais para a Câmara dos Deputados.

O surgimento da Guarda, portanto, representaria o coroamento dessa relação promiscua que perpassou a segunda metade do século XIX. No entender de Carlos Eugênio Líbano Soares, (...) *A Guarda Negra é um capítulo de uma saga muito mais ampla. Uma história que dominou a vida política da corte por, pelo menos, vinte anos. Uma tradição que tem relação direta com a Flor da gente, e com os capoeiras do Partido Conservador*<sup>5</sup>.

Se por um lado tal compreensão constitui um fator complicador para o estudo da entidade, por outro, revela uma problemática que acreditamos estar articulada ao tratamento historiográfico a que o tema vem sendo submetido.

Para a historiografia, a Guarda Negra constitui uma grande interrogação, uma vez que desafia os modelos interpretativos tradicionais sobre o escravismo. Como explicar uma instituição formada majoritariamente por libertos, oriundos dos extratos mais subalternos da sociedade, direcionada para a proteção de D. Isabel, figura emblemática da realeza? Como entender as motivações que levaram essa instituição a se tornar um dos principais focos de defesa da monarquia?

Assim, parece-nos que examinar a organização da Guarda Negra implica em trazer à luz questões para além do fenômeno da sua existência. Remete às discussões no campo da historiografia, relacionadas às leituras, ou aos pressupostos conceituais e teóricos, e porque não dizer ideológicos, a que os especialistas recorrem para fundamentar suas análises. Por outro lado, há que se notar a influência exercida sobre esses autores pelas narrativas dos memorialistas, que na maior parte dos casos integram os quadros republicanos.

Memórias de histórias:

Antônio da Silva Jardim, o mais combativo orador republicano, relata em suas memórias que foi alvo constante da repulsa da Guarda Negra. Recorda com detalhes os confrontos que travou com o que ele chama de “agremiação secreta”. Em meados de 1888, Silva Jardim começou a viajar pelo Brasil levando na bagagem o ideário

---

<sup>5</sup> Carlos Eugênio Líbano Soares, *A Negregada Instituição – Os Capoeiras no Rio de Janeiro*. Coleção Biblioteca Carioca, 1994.

republicano. Ao concorrer às eleições do Partido em 1889, o propagandista foi derrotado por Bocaiúva. O pleito refletia claramente a tendência do partido quanto à maneira pela qual a campanha em prol da república deveria ser encaminhada. O radicalismo de Silva Jardim contrariava as proposições dos republicanos, que no fundo acreditavam que a propaganda a favor do novo regime deveria ser realizada de modo mais cauteloso. Ele, porém, fiel à forma revolucionária, continuava a excitar a população contra a monarquia.

O eco de suas idéias, entretanto, ressoava de maneira a colocá-lo como inimigo número um da Guarda Negra. Não por acaso, no Rio de Janeiro os republicanos passaram a comparecer às conferências portando armas de fogo. Os rumores de possíveis atentados da Guarda Negra preocupavam o tribuno. Vendo sua integridade física e até mesmo a bandeira que defendia ameaçadas ele narra que comprou “*um bom revolver, que ensaiara serena e friamente*” na véspera do comício que realizaria na Sociedade Francesa de Ginástica em 30 de dezembro de 1888.

Na visão de Silva Jardim, a Guarda Negra constituía uma instituição ilegal. Criada tão somente para assegurar a integridade de D. Pedro II e de D. Isabel, garantindo-lhes o status quo. Para ele, a convivência do governo imperial com os “pretorianos negros” parecia clara já que o próprio Conselheiro João Alfredo chegou a manifestar-se em favor da Guarda. Além disso, de acordo com o seu diário, considerava que as premissas da instituição eram direcionadas para a divisão de raças.<sup>6</sup>

Outro republicano histórico, o acadêmico José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros de Albuquerque, companheiro de Silva Jardim, também deixou registradas em sua autobiografia as impressões sobre a mobilização da mocidade política da época, e o período em que se deram os encontros entre a Guarda Negra e os militantes republicanos. Aliás, o escritor demonstra aversão por José do Patrocínio. Mais do que divergência política, seus comentários revelam preconceito racial.

Medeiros de Albuquerque esteve ao lado de Silva Jardim, nos comícios em favor da república ocorridos no Rio de Janeiro, inclusive do famoso conflito na travessa da Barreira, em 30 de dezembro de 1888. No seu entender, a formação da Guarda Negra, integrada por ex-escravos, resultou de uma idéia concebida pelo Chefe de Polícia, o dr. Coelho Bastos, para defender a Princesa Isabel contra os republicanos. Ele relata que a

---

<sup>6</sup> Antônio da Silva Jardim, Idem. P. 227

polícia acionava a Guarda e *os incitava a perturbar os meetings republicanos dando-lhes sempre fuga quando eram apanhados*.<sup>7</sup>

Embora o acadêmico tenha feito uma breve análise sobre a Guarda, o seu testemunho oferece algumas pistas importantes que revelam os caminhos percorridos pela historiografia. Ao identificar a Guarda Negra como uma iniciativa da polícia da Corte, de certa forma ele se reporta a uma prática comum das autoridades imperiais, ou seja, a de arrematar os serviços dos capoeiras na segurança pública.

Se Medeiros e Albuquerque vê a polícia como responsável pela instituição da Guarda Negra, o escritor Osvaldo Orico oferece uma outra versão. O biógrafo de José do Patrocínio enfatiza que a formação da Guarda deveu-se à inspiração do líder abolicionista. Sua trajetória foi reconstituída por Orico, baseando-se, principalmente, nos testemunhos de seus companheiros de militância e nas memórias colhidas junto a esposa de Patrocínio, D. Henriqueta Patrocínio, e a irmã do tribuno, D. Rosália Cavalcante.

Para Osvaldo Orico, a história de vida de José Patrocínio se confundia com a luta para extinguir a escravidão. Acontecimento que na sua opinião teria precipitado o fim da monarquia. Osvaldo Orico mostra-se enfático ao se referir à Guarda Negra: *cisão de raças, milícia do terror, guarda pretoriana, milícia negra, fanáticos da rainha, milícia desalmada*, são algumas das representações por ele atribuídas à instituição, na obra biográfica sobre o “Tigre da Abolição”.<sup>8</sup>

Na ótica de Orico, a Guarda Negra é percebida como um mecanismo ambíguo. Pretendia conter o crescimento do movimento republicano, entretanto concedia-lhe argumentos para combater as instituições imperiais, aumentando a pressão dos adversários da monarquia. Na sua opinião, a “impopularidade” da regência de D. Isabel, face às inquietações políticas do período e as ações da Guarda Negra, foram capitalizadas pelos republicanos de forma a fazer a propaganda da ruína do regime.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros. *Minha vida da Infância a Mocidade – Memórias, 1867-1893*. Rio de Janeiro, Calvino Filho Editor, 1993op. cit., p. 123

<sup>8</sup> Osvaldo Orico nasceu em dezembro de 1900 na cidade de Belém. Em 1937 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Além de biógrafo foi professor, diplomata, poeta e contista, tendo escrito mais de 30 obras. Faleceu no Rio de Janeiro em 1981.

<sup>9</sup> Osvaldo Orico, *O tigre da abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 195.

É preciso, no entanto, atentar, em primeiro lugar, sobre a dita antipatia à herdeira do trono mencionada por Osvaldo Orico. Sabe-se que a figura de D. Isabel gozava de grande estima entre as camadas populares, sobretudo depois da assinatura da Lei Áurea. Na verdade, a suposta impopularidade da monarquia, tão ressaltada por Osvaldo Orico, encontrava-se situada justamente na tribuna da Câmara, nos quartéis e na imprensa. Ou seja, naqueles espaços que favoreciam aos críticos do governo tecer opiniões e considerações sobre o regime, conforme sua tendência política.

Se nos “meetings” e nas páginas dos jornais a propaganda republicana atacava a monarquia, nas ruas, entretanto, o panorama era outro. A recepção pouco favorável às idéias republicanas descambava quase sempre em contendas violentas, tumultos e desordens como foi o caso do já citado comício republicano na Sociedade Francesa de Ginástica de 30 de dezembro de 1888, que deixou marcada a Cidade do Rio de Janeiro pela violência.

Das ruas para os jornais, dos jornais para as ruas. Este caminho de mão dupla fazia recrudescer a luta entre monarquistas e republicanos. Baseado no embate, Osvaldo Orico concebeu a Guarda como um movimento de resistência à pressão republicana: (...) *Destinava-se esse corpo exótico a proteger de qualquer modo, na paz ou no sangue, a imagem semidivina da Redentora.*<sup>10</sup> No seu entender, a Guarda constituía um fenômeno incompreensível, porém explicável: originara-se do fanatismo de José do Patrocínio, que estimulava os libertos a realizarem ações que pudessem demonstrar sentimentos de gratidão à princesa.

As memórias comuns, segundo Celso Pereira de Sá, formam um conjunto de diversas memórias pessoais a respeito de um mesmo objeto, que:

*se desenvolveram independentemente umas das outras, por força de uma participação comum em um dado período histórico, em uma dada configuração cultural ou em um dado estrato social. Por terem sido expostas aos mesmo fatos,, às mesmas informações, aos mesmos gostos, etc, as pessoas guardariam deles aproximadamente as mesmas lembranças”<sup>11</sup>*

---

<sup>10</sup> Osvaldo Orico, *O tigre da abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 195.

<sup>11</sup> Celso Pereira de Sá. “As memórias da memória coletiva”. In: \_\_\_\_\_, Memória, imaginário e

As memórias pessoais, não se encontram, portanto, restritas aos processos individuais, justamente porque são concebidas a partir do contexto social. Embora sejam normalmente estudadas como memórias autobiográficas, e histórias de vida, elas não se opõem à memória coletiva. Assim, a análise dos relatos dos memorialistas permitiu-nos recuperar parte do pensamento do grupo social ao qual estavam inseridos, como também compreender as circunstâncias históricas que os levaram a elaborar as definições sobre a Guarda Negra.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros. *Minha vida da Infância a Mocidade – Memórias, 1867-1893*. Rio de Janeiro, Calvino Filho Editor, 1993.

ANDREWS, George Reid, *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Educ, 1998.

AREIAS, Almir das. *O que é a Capoeira?* São Paulo: Coleção Primeiros Passos. 3ªed. 1983.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARMAM, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil – Gênero e poder no século XIX*. São Paulo, Ed. UNESP, 2005.

BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. 2ª ed. Arquivo Nacional, 1995.

----- *A queda do Império da navalha e da rasteira- A República e os capoeiras*. Casa de Rui Barbosa, 1989.

BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Ed.Unesp, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

----- *Teatro de Sombras*. UFRJ\Relume Dumará, 1996.

----- *Pontos e Bordados*, escritos de história e política. Belo Horizonte, UFMG, 1998

CARNEIRO, Edison. *Capoeira*. Rio de Janeiro: Cadernos de Folclore. Funarte, 1975. 2ª Edição.

---

Representações sociais. Rio de Janeiro. Ed.Museu da República, 2005

CHALLOUB, Sidney . *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

----- *Cidade febril - Os cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

----- *Trabalho lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

----- *Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio*. in Revista Brasileira de Historia. São Paulo. Vol. 8, n. 16

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

DIAS, Luiz Sérgio e MENDONÇA, Paulo Knaus de. *Capoeira vida e morte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Projeto Gonzaga de Sá, 1968.

DIAS, Luiz Sérgio. *Quem tem medo da capoeira?* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *O Motim do Vintém e a Cultura Política do Rio de Janeiro 1880*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 10, nº 20, pp 211-232. Mar/ago. 1991.

GOMES, Flávio dos Santos. *No meio das águas turvas: racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda negra na Corte: 1888-1889*. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (21) 75-96, dez. 1991.

----- *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2005.

GUIMARÃES, Lucia Paschoal. & BESSONE, Tânia Maria Tavares da Cruz. *Os deserdados da Abolição*. in *Cativeiro e Liberdade*. Rio de Janeiro. UERJ. 1998.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro – Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JARDIM, Antônio da Silva. *Memórias e Viagens: Campanha de um propagandista (1887-1889)*. Lisboa: Tip. da Companhia Nacional Editora, 1891.

LIMA, Magali Alonso de. LIMA, Roberto Kant de. *Capoeira e Cidadania: Negritude e Identidade no Brasil Republicano*. Cadernos do ICFH - UFF. 1991

LOBO, Eulália , *História do Rio de Janeiro. Do Capital comercial ao Capital industrial*. vol.1 . IBMEC, 1978.

MACHADO, Humberto Fernandes. *A Guarda Negra no contexto urbano do Rio de Janeiro*. Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de História. Porto Alegre, 1992.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Margarida de Souza e HEIZER, Alda. *A ordem é o Progresso*. O Brasil de 1870 a 1910. Atual Editora. 2ª ed. São Paulo 1991 (Coleção História em Documentos).

ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e Criminalidade, Estudo e Análise da Justiça no Rio de Janeiro, (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Guarda Negra: perfil de uma sociedade em crise*. Campinas, 1990.

RIO, João do. *A alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987. (Coleção Biblioteca Carioca).

SÁ, Celso Pereira de. *As memórias das memórias coletivas*, in *Memória, Imaginário e Representações sociais*. Rio de Janeiro, Ed. Museu da República, 2005.

SALVADORI, Maria Angela Borges. *Capoeiras e Malandros: Pedacos de uma Sonora Tradição Popular (1890-1950)*. São Paulo: Tese de mestrado da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África O Príncipe do Povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

-----*As camélias do Leblon e a abolição da escravatura, uma investigação de História Cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra e política no Rio de Janeiro na época da Abolição*. in *Cativeiro e Liberdade*. Rio de Janeiro. UERJ. 1998

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *O Negro na Rua – a nova face da escravidão*. São Paulo, HUCITEC, 1988.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro*. Secretaria Municipal de Cultura, 1994. (Coleção Biblioteca Carioca).

SVARLIEN, Oscar. *Cidadania*. in *Dicionário de Ciências Sociais*. (coord. SILVA, Benedicto) 2ª Ed. Volume 1 . Fundação Getúlio Vargas. 1987

TROCHIM, Michael R. *The Brazilian Black Guard*, in *The Americas, Academy of American Franciscan History*, vol. XLIV, number 3, January, West Bethesda, Maryland.